

## Um diálogo com o além-mar: entrevista com o Professor Nuno Gonçalo Monteiro por Carolina Marotta Capanema (Bolsista CAPES) e Márcio do Santos Rodrigues (Bolsista CNPq).

Esta edição da *Temporalidades* traz uma entrevista com o professor português Nuno Gonçalo Monteiro. Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa desde 2007, tem doutorado em História Moderna pela F.C.S.H/Universidade Nova de Lisboa e é autor de, entre outros livros, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo* (2003). Esteve de passagem por Belo Horizonte entre novembro e dezembro de 2010, ocupando a Cátedra de Estudos Íbero-Latino-Americanos do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) da UFMG, e ministrou conferências e um mini-curso sobre aspectos da monarquia dos Bragança (1640-1820) no reino português e no Atlântico. Em virtude de agenda bastante atribulada, o professor se dispôs a responder algumas de nossas perguntas via e-mail. Na entrevista que se segue podemos vislumbrar algumas de suas ideias e influências historiográficas.

**Temporalidades** - Professor Nuno, como o senhor veio a se interessar pelo campo da História? O senhor começou sua trajetória universitária após a Revolução dos Cravos, um momento muito delicado para a vida política portuguesa. O senhor percebe alguma influência entre o momento político que o país atravessava e as demandas pela produção historiográfica?

**Nuno Monteiro** - O contexto político e, depois, a Revolução dos Cravos marcaram e, de algum modo, determinaram o meu interesse pela História. Faço parte, juntamente com alguns outros colegas historiadores (como Bernardo Vasconcelos e Sousa,<sup>1</sup> António Costa Pinto<sup>2</sup> e tantos outros) da última geração de jovens portugueses que enfrentaram militantemente a ditadura do Estado Novo e os espectro da Guerra colonial ainda antes do 25 de abril de 1974. No meu caso, isto ainda aconteceu no ensino secundário (ensino médio) quando era muito jovem e isso acabou por marcar decididamente a minha opção pela História como a de muitos outros de minha geração. Em 1974, o único curso de Lisboa, o da Faculdade de Letras, nem sequer abriu. Em 1975, quando por fim pudemos ingressar, éramos mais de mil estudantes.

Movíamo-nos, pelo menos os que tinham da militância, não por qualquer expectativa de emprego nem sequer por imediatas motivações políticas, mas pela vontade de compreender melhor o que se passava à nossa volta e o que nos arrastara para a militância ativa. Escolhemos a História por paixão intelectual, e esse é um privilégio que ninguém nos tira. Quase ninguém nesta altura, na nossa geração, estudou o Império. Tínhamos acabado de combater e encerrar uma guerra colonial e durante uns anos vivemos com os trau-

mas da horrenda propaganda do Estado Novo sobre estes assuntos. Só mais tarde se deu a viragem para o que podemos chamar estudos sobre história colonial.

**Temporalidades** - Com a proposta de uma "História vista de baixo" ou de uma "Historia das minorias", as elites tenderam a ser vistas no campo da História como um objeto pouco ou nada valorizado. Sendo assim, que fatores foram determinantes na escolha das elites como seu principal tema de estudos?

**Nuno Monteiro** - Ao contrário do que se possa pensar, não comecei a estudar as elites, mas ao invés delas as revoltas populares. Em especial, os movimentos camponeses. Meu primeiro tema de interesse foi a economia agrária da Baixa Idade Média, tendo como guia inquestionável Georges Duby. Depois interessei-me pelos movimentos populares em Portugal do início do século XIX, extremamente violentos e dominados pela política da Contra Revolução. Depois acabei por ir parar ao seu contraponto, ou seja, aos movimentos contra os direitos senhoriais ou feudais, mais permeáveis à cultura política do liberalismo. Publiquei assim em 1984, um estudo sobre a maior revolta anti-senhorial português-



<sup>1</sup>Bernardo João da Silveira de Vasconcelos e Sousa. Doutor em História da Idade Média e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Autor de *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico* (Livros Horizonte, 2006, 2ª ed.).

<sup>2</sup>Doutor pelo Instituto Universitário Europeu de Florença e agregado pelo ISCTE (1999). Organizador, ao lado de Nuno Severiano Teixeira, de *Portugal e a Integração Europeia, 1945-1986: a perspectiva dos actores* (Temas & Debates, 2007).

sa que teve lugar em 1824 nos coutos de Alcobaça. Curiosamente, foi o estudo do regime senhorial que me levou a interessar-me também pelos senhores. Durante algum tempo, hesitei entre senhores e camponeses acabando por estudar os primeiros, mas a opção poderia ter sido perfeitamente a outra. Na escolha não pesaram quaisquer afinidades eletivas, pois qualquer uma das opções seria legítima, interessante ou relevante. Assim, nunca escolhi a “História vista de baixo” ou a “História vista de cima”. Trata-se, aliás, de uma opção frequentemente demagógica e algumas vezes mentecapta. Não tomamos partido em função do objecto de estudo que escolhemos e sim pela forma como o estudamos.

**Temporalidades** - *Em que pontos o seu trabalho desafia as visões clássicas sobre as elites e a monarquia portuguesa?*

**Nuno Monteiro** - Em primeiro lugar, acho importante sublinhar que não existiam visões verdadeiramente clássicas, pelo menos da historiografia portuguesa. Tendo mais a considerar que existia um grande desconhecimento da matéria. Em todo caso, penso que houve algumas questões que meus trabalhos ajudaram a perceber. Desde logo, o facto de não existir uma nobreza, mas uma hierarquia complexa e ampla de diversas nobrezas com poucos atributos comuns, para além de todos pertencerem ao mundo das elites. Na base, existia uma categoria ampla e difusa, que incluía o que se costuma chamar de nobrezas das terras. No topo, uma elite aristocrática concentrada em torno da Corte do Rei e extremamente fechada, regulada por uma rígida disciplina familiar. Muito do que se diz sobre as nobrezas em geral, aplicava-se apenas a este grupo, entre outras coisas o facto de não depender basicamente da propriedade da terra, mas de direitos cobrados sobre quem a explorava e detinha. Boa parte destes direitos era obtida através de bens da Coroa e comendas, ou seja, da remuneração de serviços. Era por isso que os ofícios mais importantes da monarquia tendiam a ser monopolizados por este grupo, sobretudo depois da restauração

de 1640. O estudo das elites me ajudou também a perspectivar de uma maneira diferente a monarquia, coincidindo com vários outros na importância a conferir aos mecanismos de remuneração de serviços e na revisão de uma imagem de um absolutismo centralista e burocrático, no sentido weberiano do termo. Por fim, o meu trabalho tendeu a demonstrar que o triunfo liberal em Portugal depois da guerra civil de 1832-34, ao destruir as bases económicas e políticas da alta nobreza, foi uma autêntica revolução. Desse ponto de vista, creio que contribui para modificar a ideia de que o século XIX nada modificou em Portugal.

**Temporalidades** - *De que maneira suas pesquisas contribuem ou podem vir a contribuir para uma melhor compreensão das relações entre o Reino e seus domínios nos estudos coloniais?*

**Nuno Monteiro** - Em primeiro lugar, devo ser modesto e reconhecer que há muito mais produção no Brasil sobre a matéria do que em qualquer outra parte e que é daí que parece legítimo esperar-se as maiores inovações. No entanto, penso que posso ter ajudado a conhecer melhor algumas dimensões. Em primeiro lugar, não só a minha tese doutoral, mas depois o estudo que desenvolvi, com Mafalda Soares da Cunha, ajudou a mostrar que o topo da hierarquia no espaço ultramarino, ou seja, os vice-reinados, os governos gerais e as capitânias principais, eram monopolizados por essas famílias e casas mais destacadas do reino. Neste ponto de vista, não só as elites locais no Brasil, mas também as elites e fidalguias nas províncias do Reino tinham dificuldades em chegar a estes postos destacados. Em estudos mais recentes, influenciado também pela leitura de muitos trabalhos produzidos no Brasil tenho vindo a notar não apenas que também existia uma relação de remuneração de serviços envolvendo a monarquia e as elites locais nas conquistas, mas ainda uma outra dimensão. A saber: a intensíssima emigração de reinóis para o Atlântico, e em especial para o Brasil, acabou por dificultar a cristalização de identidades sociais autónomas e contrapostas, que polarizassem de forma per-

manente naturais da América e reinóis. Todos eles se defontrando com uma população majoritariamente constituída por escravos, libertos, e seus descendentes. Não só este último aspecto, mas também os vínculos com a monarquia e o padrão de emigração do Norte de Portugal e de circulação de pessoas, no século XVIII, sobretudo, fazem com que a América portuguesa se distinga, não só da inglesa, mas também da espanhola, no início do século XIX. Foi isto que quis dizer no artigo que publiquei no número da Tempo de homenagem à minha querida e falecida amiga Fátima Gouvea e em outros estudos a publicar.

**Temporalidades** - *Quais as influências historiográficas ou de diferentes áreas do conhecimento têm sido marcantes em sua trajetória académica?*

**Nuno Monteiro** - Antes do mais, a minha formação intelectual começou... antes, lendo Marx e muitos autores conexos. Ainda hoje penso que conhecer os clássicos do pensamento social, sobretudo Marx, Tocqueville e Max Weber é uma condição necessária para se ser historiador. Depois, quando me tornei estudante de História, é difícil estabelecer uma hierarquia indiscutível, mas começaria, talvez, pelo medievalismo francês, com especial destaque para George Duby. Depois pela historiografia sobre movimentos sociais e as revoltas populares. Em seguida, destacaria a influência dos dois historiadores que trabalharam sobre Portugal e que mais me influenciaram: o francês Albert Silbert e o português António Manuel Hespanha. Embora discorde dele em muitas coisas, a influência de Hespanha foi sem dúvida nenhuma muito importante. Por fim, destacaria as minhas leituras da história social anglo-saxônica, incluindo autores clássicos tão contrapostos como E. P. Thompson ou Lawrence Stone. Fora do campo restrito da historiografia, as influências mais marcantes foram a de alguma antropologia social, mas, sobretudo da obra de Pierre Bourdieu. Curiosamente não tanto o seu livro A distinção, mas os seus trabalhos sobre as sociedades camponesas, que afinal se pareciam bastante com a dos meus aristocratas.

**Temporalidades** - Na época em que cursou a graduação em História na Universidade de Lisboa, ao estudar a História moderna de Portugal e suas relações com seus domínios, vocês liam os historiadores a ter maior penetração em Portugal e como isso se deu?

**Nuno Monteiro** - No meu tempo de estudante, penso que para além de referências clássicas e de influências difusas (como a de Gilberto Freyre) o único historiador brasileiro que teve uma enorme penetração em Portugal, onde foi publicado, foi Fernando Novais, tendo um capítulo da sua tese sido publicada em Portugal em 1976, se não estou em erro. A grande penetração da historiografia brasileira deu-se sobretudo nos últimos quinze anos. Neste processo, para além da enorme vitalidade da produção brasileira, considero ser justo reconhecer o papel muito significativo que tiveram os intercâmbios científicos entre Portugal e Brasil e, numa certa fase, a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, e os seus presidentes, em particular Hespanha e Romero Magalhães.

**Temporalidades** - No livro "As muitas faces da história", em que a historiadora Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke entrevista nove ícones da historiografia internacional, há uma pergunta recorrente aos seus entrevistados que certamente revela muito sobre as escolhas e o perfil académico de cada um deles. Tomando emprestada a questão da historiadora, gostaríamos de saber: dentre os livros de sua área de interesse, quais gostaria de ter escrito?

**Nuno Monteiro** - Vai mudando com o tempo, tal como os romances, os filmes ou a música! Mas há livros escritos no Brasil que me servem de inspiração, para o que ainda gostaria de fazer. Por exemplo, quando aliam a narrativa política com a análise estrutural...

**Temporalidades** - Professor, os estudos sobre as relações entre os territórios coloniais e o Reino suscitam várias questões e dificuldades interpretativas traduzidas, muitas vezes, na simplificação do uso de conceitos sem muita reflexão teórica, tais como metrópole e colônia, centro e periferia, conquista e domínio, sociedade estamental e sociedade de ordens, entre outros. Em seu curso ministrado na UFMG, na ocasião de sua estadia na Cátedra de Estudos Ibero-Latino-Americanos do IEAT, o senhor demonstrou grande preocupação em chamar a atenção para a importância da diferenciação entre esses conceitos. O senhor poderia nos contar um pouco mais sobre isso?

**Nuno Monteiro** - Metrópole e colônia, centro e periferia... as categorias dicotômicas tendem a ser redutoras. Neste caso, são também anacrônicas. Por exemplo, a oposição metrópole/colônia apenas se difunde muito tardiamente, já bem dentro da segunda metade do século XVIII. A sua utilização sugere uma homologia total entre o governo dos domínios ultramarinos no século XVIII e no século XX que é, no essencial distorcida, pois as colônias antigas repousavam, em boa medida, no governo dos que lá estavam. Não se trata de defender posturas relativistas ou, no polo oposto, de reabilitar ficções luso-tropicalistas, mas de ter em conta o que se vai conhecendo sobre a época e os seus contextos.

**Temporalidades** - Considerando a assertiva de um historiador como Marc Bloch de que "tudo parte do presente e retorna ao presente", em que medida o estudo das linguagens e categorias do Antigo Regime, livre de anacronismos, pode servir como matéria de reflexão para a compreensão de práticas da contemporaneidade?

**Nuno Monteiro** - Certamente. Ajudamos a pensar que o mundo não tem que ser só A ou B, mas também pode ser C. Não sou relativista, mas acredito que os

passados plurais nos ajudam a pensar que os presentes possíveis têm mais alternativas do que aquilo que se costuma sugerir. Sabemos cada vez menos bem o que é ser moderno. O que não nos deve fazer renunciar a certos valores modernos, como a defesa incondicional das liberdades individuais ou de uma mais justa distribuição da riqueza. Mas nos faz pensar mais na diversidade de caminhos que se podem percorrer num contexto em que os equilíbrios globais do planeta sofreram mudanças radicais, não previstas por ninguém, acima de tudo, não previstas pelos economistas... os únicos que ainda têm essa pretensão.

**Temporalidades** - Quais seriam os seus próximos projetos e objetos de pesquisas?

**Nuno Monteiro** - Acabei de colaborar numa História de Portugal (2009), com a parte da época moderna, e de coordenar o volume sobre a mesma época da História de Vida Privada em Portugal (no Natal de 2010...), que acabei quando ainda estava em BH! Em ambos os casos, foram dois esforços enormes, mas com grande impacto e muitas vendas. Agora vou fazer uma pausa. Empenhar-me no projecto sobre comunicação política na monarquia portuguesa que tenho com a Mafalda Soares da Cunha, o [Pedro] Cardim,<sup>3</sup> o João Fragoso,<sup>4</sup> o Jucá,<sup>5</sup> a Fernanda Bicalho,<sup>6</sup> o [Ronald José] Raminelli,<sup>7</sup> o Zé Damião,<sup>8</sup> a Carla Almeida,<sup>9</sup> o [Francisco Carlos Cardoso] Cosentino<sup>10</sup> e outros. Também desafiei a Júnia Furtado para alguns temas. Talvez vá escrever sobre Pombal e sobre a ilustração em Portugal... Enfim, talvez vá escrever o livro que ninguém me encomendou!

3 Doutor em História Moderna pela UNL; professor associado à UNL. Co-organizador, com Maria Fernanda Rollo e Ana Isabel Buescu, de *O Terramoto de 1755. História e Ciência da Catástrofe* (Colibri, 2008).

4 Pós-doutor pela Universidade de Lisboa e professor titular da UFRJ. Autor de *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* (Civilização Brasileira, 1998).

5 Antonio Carlos Jucá Sampaio. Doutor em História pela UFF; professor adjunto do Departamento de História da UFRJ. Organizador, ao lado de João Fragoso e Carla M. C. Almeida, de *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII* (Civilização Brasileira, 2007).

6 Maria Fernanda Bicalho. Atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFF; pós-doutora pela Universidade de Lisboa. Uma das organizadoras de *Cultura política, memória e historiografia* (Fundação Getúlio Vargas, 2009).

7 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Autor de *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância* (Alameda, 2008).

8 José Damião Rodrigues. Coordenador do Núcleo da Universidade dos Açores do Centro de História de Além-Mar (CHAM). Organizador, ao lado de Francisco José Aranda Pérez, de *De Re Publica Hispaniae: Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad* (Madrid, Sílex, 2008).

9 Carla Maria Carvalho de Almeida. Doutora em História pela UFF e professora adjunta da UFJF. Autora de *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822* (Argyumentum, 2010).

10 Doutor em História pela UFF e professor adjunto da UFV. Autor de *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias* (Annablume, 2009).